
Paulo Henrique Martinez

Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Assis/SP.

RIBEIRO Júnior, José

Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780).

2ª ed.. São Paulo: Hucitec, 2004, 210 p.

A reaparição de um livro no circuito editorial comercial, além de bem vinda, é sempre intrigante. Remete, de súbito, à interrogação quanto aos motivos para nova edição. Publicado, originalmente, em 1976, e derivado de uma tese de doutoramento em História, na Universidade de São Paulo, o livro de José Ribeiro Júnior, encontrou, à época, boa acolhida nos meios acadêmicos brasileiros e portugueses.

Temos em mãos uma obra que se alinha nas vértebras da historiografia luso-brasileira que experimenta, nos dias que correm, uma agradável dilatação nos campos do ensino, da pesquisa e da publicação de livros e periódicos. Vem precedida, no tempo, pelos trabalhos de Robert Southey e Charles R. Boxer, entre os estrangeiros, e de Oliveira Lima, José Roberto do Amaral Lapa e Fernando Antonio Novais, entre outros autores brasileiros. Há um crescente interesse por essa história bilateral: Portugal e Brasil.

A questão central toca o âmago dessas sociedades, em ambos lados do Atlântico: o subdesenvolvimento econômico grassou forte na posteridade. Hoje, não mais? No caso brasileiro, veio agravado pela dependência estrutural que legou ao país a herança colonial? O objeto da investigação do historiador também bolinou as rendas e a teia dos interesses constituídos no nordeste brasileiro e no Portugal pombalino, no século XVIII. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, operante entre 1759 e 1780, atuou como instituição típica do sistema colonial, na avaliação do autor. A riqueza da problemática emerge na demonstração dos mecanismos de funcionamento da exploração colonial e os conflitos que esta engendrava.

Nessa nova edição, desde logo, devem ser apontadas lamentáveis falhas editoriais. A supressão dos Agradecimentos - registro sempre valioso do percurso tanto do desenvolvimento das pesquisas como da elaboração de análises - e da lista de Abreviaturas - referentes a arquivos, bibliotecas, coleções e instituições que abrigam os documentos, e estão citadas ao longo dos capítulos. Ambos figuravam na primeira edição do livro, da mesma editora, diga-se de passagem, e foram amputados nesta segunda. Havia inúmeros erros de grafia em nomes e palavras, constantes da primeira edição, que permanecem sem correção. Enfim, padece o leitor.

Contudo, o livro apresenta muitas razões para leitura ou releitura. Entendo que três aspectos são merecedores de destaque nesta obra e que justificam a atenção pelo seu retorno ao público. Trata-se de um testemunho do padrão metodológico de trabalho do historiador, nacional e estrangeiro, em passado recente, representativo portanto das produções das décadas de 1960 e 70. O livro é, ainda, portador de grandes ressonâncias no presente, muitas delas de impressionante atualidade, seja no âmbito da faina historiográfica ou fora dela. Por fim, tais aspectos repõem em cena a abordagem teórica, propriamente dita, abraçada pelo autor, no tocante aos métodos de interpretação dos resultados obtidos na pesquisa. Inegavelmente, nesse livro, a pesquisa empírica e a interpretação teórica estão bastante associadas, oferecendo, assim, um instrutivo modelo de desenvolvimento da análise histórica e de exposição de argumentos interpretativos.

Vejamos alguns dos procedimentos utilizados na realização da pesquisa. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro* constitui um exemplo, bastante completo, de abordagem metodológica da história econômica, valendo-se de análise quantitativa e mesmo serial. Uma amostra fecunda

daquela história que, no dizer de Michel Vovelle, pesa, mede e conta - que deposita fé nos números. Na abordagem em questão, entrevemos o estudo do colonialismo português em ação, na América e na África, a partir de uma abundante compilação de dados de compra e venda, flutuações de preços, lucros, crises e valores da produção, exportação de arrobas de caixas de açúcar, de rolos de tabaco, de couros, madeiras e anil, números de viagens e de escravos pelo tráfico africano, navios, frotas e outras informações esparsas sobre o comércio colonial. Tudo somado e articulado, conferindo materialidade aos gráficos, quadros, tabelas e mapas que convivem nas páginas dos livros de História de toda uma geração, que assistiu ao arrebatamento da história econômica, antes concentrada nas mãos dos economistas, pelos historiadores.

Ao radiografar os mecanismos da exploração colonial, a partir da percepção, enquadramento e correlação entre inúmeros dados, obtidos pela extensa pesquisa empírica e apresentados sempre com rigor estatístico, José Ribeiro Júnior dá visibilidade aos métodos quantitativos de investigação e ao potencial de fontes numéricas na reconstituição e descrição históricas. Trata-se também de uma História mais visual. E que almeja, com o auxílio de mapas, identificar as rotas de comércio e de navegação, apreender a circulação mercantil e o território de ação da Companhia privilegiada de comércio.

Há uma criação e uma apropriação deliberadas por parte do historiador, que, ao promover um estudo numérico da política colonial portuguesa no século XVIII, dá vida ao mundo contábil e administrativo da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. O que lhe permite desnudar uma sociedade preocupada com a quantidade de bens e serviços. Preocupação que desponta na criação de órgãos fiscais, práticas administrativas e iniciativas políticas - entre as quais figuraram a criação da Intendência da Fazenda Real, em 1733, do Depósito Público, em 1751, das Casas de Inspeção, para a produção agrícola, do Erário Régio, em 1761, para contabilizar receitas e despesas da Coroa. Mas não só. Também se manifesta em reformas na arrecadação fiscal do ouro, no estanco do diamante (1731), no Regimento Diamantino (1771), na cobrança de dívidas em atraso, na fixação de preços mínimos e de privilégios e isenções alfandegárias, na maior fiscalização das rendas reais e em novos impostos. Enfim, em uma atuação política e administrativa da metrópole mais coercitiva, incrementando a exploração colonial, e mais atenta à rentabilidade do colonialismo.

O livro de José Ribeiro Júnior não se limita, porém, às cifras, como base das análises e da própria narrativa. Não se trata de um desfiar sem fim de números. Isto significa que existem muitas entradas para se buscar o sentido atual da leitura do volume. Direta e indiretamente, são abordados temas importantes, muitos dos quais também tratados na historiografia mais recente. O comércio intercontinental, sobretudo com a África, as estruturas sociais em mudança sob o Antigo Regime, a economia portuguesa no período pombalino, sobretudo a ação dos mercadores, a estratificação social na colônia e os conflitos que se abrem com ela. Expõe a rivalidade entre portugueses e luso-brasileiros diante do fluxo de comércio e dos monopólios. E ainda sugere outros temas, agora destinados a novas pesquisas como, por exemplo, a economia baiana no período pombalino, "vicejante" na opinião do autor, e a existência ou não de uma crise de produção dos gêneros brasileiros naquele período. Ou ainda sobre a relação entre a cobrança de dívidas, pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e seus representantes após o fim do monopólio, e a atmosfera de contestação ao governo central, reinante em Pernambuco, entre os anos de 1780 e 1831.

Um exemplo e que, acredito, merece destaque é a intensificação do aproveitamento econômico do território colonial e a importância que assumem alguns produtos naturais, ali disponíveis. No livro despontam a ipecacoanha para uso medicinal, ervas como gravatá e ticu, na navegação,

pau-brasil e couros de veados e antas, destinados às manufaturas do reino e da Europa, e as madeiras do "vinhático, sicupira, taboados de tapinhoam", para a construção de navios e a reconstrução de Lisboa. Dessa forma, as instruções para a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba ditavam o aproveitamento máximo das potencialidades econômicas, até das "mínimas drogas", no sentido de incrementar a produção nordestina e dinamizar o comércio colonial. Há uma pauta de exportações bastante significativa, como revela a remessa de ipecacoanha para Lisboa: exportada desde 1762, ultrapassou 1.268 arrobas, em 1778, e não esteve livre do contrabando. O século XVIII assistiu ao grande impulso que tomou o conhecimento sobre a natureza, os seres vivos e o aproveitamento econômico do mundo natural. Há uma história do extrativismo vegetal e animal - de "produtos do sertão"- que precisa ser melhor conhecida e dimensionada, tanto quanto as oscilações na produção agrícola, em decorrência de secas e pragas. Questões que poderiam lançar as bases para a prática historiográfica da História Ambiental no Brasil, conferindo-lhe vigor e especificidade distinta, perante a historiografia internacional sobre temas ambientais.

Uma última questão merece ser apontada e decorre dos aspectos anteriormente referidos, o exercício metodológico e a pertinência das problemáticas examinadas no livro. É a que se refere ao método de interpretação. A questão, aqui, é a da reprodução do capital. Neste sentido, a reedição de *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro* participa do reencetamento da História Econômica, no Brasil da década de 1990. Vinculado à corrente de interpretação teórica que atribui ao Antigo Sistema Colonial um papel importante no processo de acumulação primitiva de capital, e que se concentra na Europa, José Ribeiro Júnior traz elementos de monta para o debate e revigora a força motriz que o inspirou.

O historiador destaca a curva ascensional observada na economia mundial, entre 1732-1817, e que fez do século XVIII um período de ascensão econômica. Portugal não acompanhou as demais nações neste surto de expansão. Ficou retido pela queda na produção aurífera do Brasil: "E tudo pode se resumir a um só problema básico: o escasseamento do ouro brasileiro que antes equilibrava a balança de pagamentos de Portugal", diz o autor. A política econômica pombalina empenhou-se em mudar o rumo em direção ao incremento da produção agrícola na colônia e à expansão das manufaturas no reino. Os efeitos dessa política, sobretudo na agricultura colonial, foram sentidos a partir de 1770.

A nova dinâmica econômica, marcada pela busca de inserção no mercado mundial, maior concorrência internacional e promoção do aumento da produtividade econômica, estimulou a associação de capitais em sociedades por ações, como as Companhias privilegiadas de comércio. Seu papel foi acelerar a acumulação de capital na Europa por meio da abertura de novos mercados fornecedores e consumidores, desenvolvendo uma burguesia mercantil ativa em Portugal. Esforço traduzido em iniciativas como a criação da Escola de Comércio e da Junta de Comércio, em 1755, em busca do enriquecimento mercantil e do aumento da arrecadação tributária. A debilidade econômica portuguesa - exposta pela crescente dependência da produção colonial e pela inexistência de uma burguesia capaz de competir no mercado internacional, sem um mercado interno para o consumo de seus produtos coloniais reduziu o reino a mero entreposto distribuidor desses mesmos produtos.

Na avaliação de José Ribeiro Júnior, ao promover a acumulação de capital na metrópole, ampliando as possibilidades de reprodução do capital, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba foi o "instrumento mais importante" para a execução do plano mercantilista de Pombal. Aqui reside o cerne da interpretação, corroborado pela pesquisa empírica. A expectativa de Voltaire sobre as possibilidades de saber, em alguns anos, a população euro-

péia é um testemunho da quantificação da vida econômica e social ao longo do século XVIII. Não por acaso, a captura das cifras da atividade mercantil luso-brasileira permitiu ao autor exibir a exploração colonial em números bastante convincentes.

A contra-prova da acumulação que foi afinada e concentrada na metrópole aparece na explicitação do sentido do contrabando. Este constituiu um vetor de acumulação na colônia, expondo a tensão econômica e social na exploração colonial. Os atritos políticos e administrativos, no seio da Companhia e desta com segmentos mercantis coloniais, denunciam a reprodução do capital que se fez rompendo amarras. Daí a agressividade que, embutida nos processos de acumulação primitiva de capital, foi expelida nas rusgas entre comerciantes, magnatas do tráfico africano, proprietários rurais nordestinos e os interesses da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Sucessivos boicotes na quantidade e no peso dos produtos coloniais, representações queixosas enviadas às autoridades metropolitanas, a opção pelo contrabando, via Bahia e Rio de Janeiro, são algumas das demonstrações de descontentamento na colônia. Descontentamento este que, em larga medida, derivou da política econômica pombalina.

Esta ação, amparada no poder da Coroa, sufocou inúmeros interesses econômicos. Estabelecidos na colônia, muitos comerciantes e proprietários rurais viram-se privados de participar do comércio intercontinental. Ao drenar a acumulação primitiva de capital para Portugal, inúmeras situações de reprodução do capital na colônia, foram estranguladas. Precisamente e, talvez, por isso mesmo, no período em que a economia mundial entrava em ciclo de expansão secular.